

Faro Energy Projetos Solares Holding S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas do
Faro Energy Projetos Solares Holding S.A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Faro Energy Projetos Solares Holding S.A. (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023, os desempenhos de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Faro Energy Projetos Solares Holding S.A.

Balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	36.870	1.415	46.911	9.141
Contas a receber de clientes	7	-	-	4.447	4.352
Impostos a recuperar	8	1.554	4	9.976	7.447
Despesas antecipadas	9	-	1.342	60	1.381
Adiantamento a fornecedores	10	2	-	312	833
Partes relacionadas	11	331.792	104.754	39.605	48
		<u>370.218</u>	<u>107.515</u>	<u>101.311</u>	<u>23.202</u>
Ativo não Circulante					
Despesas antecipadas	9	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	46	-
Partes relacionadas	11	-	-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46</u>	<u>-</u>
Investimento	12	65.321	1.874	-	-
Imobilizado líquido	13	2.088	-	359.694	97.508
Intangível líquido	14	3.979	-	3.979	-
Direito de uso	15	-	-	34.044	7.660
		<u>71.388</u>	<u>1.874</u>	<u>397.717</u>	<u>105.168</u>
Total do Ativo		<u>441.606</u>	<u>109.389</u>	<u>499.074</u>	<u>128.370</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Faro Energy Projetos Solares Holding S.A.

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	111.239	-	111.239
Fornecedores	-	636	-	28.090	2.147
Obrigações tributárias e trabalhistas	-	505	71	987	164
Outras contas a pagar	-	-	18	-	85
Partes relacionadas	11	72.829	-	92.894	14
Passivo de arrendamento	15	-	-	538	95
Total do passivo circulante		<u>73.970</u>	<u>111.328</u>	<u>122.509</u>	<u>113.744</u>
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	298.867	-	298.867	-
Provisão para perda em investimentos	12	26.849	2.998	-	-
Partes relacionadas	11	-	366	-	12.124
Outras contas a pagar	-	710	-	1.034	-
Passivo de arrendamento	15	-	-	35.454	7.805
Total do passivo não circulante		<u>326.426</u>	<u>3.364</u>	<u>335.355</u>	<u>19.929</u>
Patrimonio líquido					
Capital social	18	59.020	23.076	59.020	23.076
Prejuízos acumulados	18	(63.142)	(28.379)	(63.142)	(28.379)
Transações de capital	18	45.332	-	45.332	-
Total do patrimonio líquido		<u>41.210</u>	<u>(5.303)</u>	<u>41.210</u>	<u>(5.303)</u>
Total do passivo		<u>441.606</u>	<u>109.389</u>	<u>499.074</u>	<u>128.370</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Faro Energy Projetos Solares Holding S.A.

Demonstração do resultado consolidados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	19	-	-	28.677	25.563
Custo dos serviços e produtos vendidos	20	-	-	(18.689)	(16.467)
Lucro bruto		-	-	9.988	9.096
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	(513)	(178)	(11.395)	(1.088)
Despesas tributárias	-	(1)	(2)	(116)	(218)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(21.492)	(11.817)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	(580)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(22.006)	(11.997)	(2.103)	7.790
Receitas financeiras	22	17.563	16.047	1.109	280
Despesas financeiras	22	(24.347)	(17.215)	(27.743)	(21.235)
Receita (despesas) financeiras líquidas		(6.784)	(1.168)	(26.634)	(20.955)
Resultado antes dos impostos		(28.790)	(13.165)	(28.737)	(13.165)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23	-	-	(53)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23	-	-	-	-
Resultado do exercício		(28.790)	(13.165)	(28.790)	(13.165)
Resultado abrangente atribuível a:					
Controladores		(28.790)	(13.165)	(28.790)	(13.165)
Não Controladores		-	-	-	-
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício por ação (em R\$)	18	(1.953,29)	(1.760,41)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Faro Energy Projetos Solares Holding S.A.

Demonstração do resultado abrangente consolidados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado do exercício	(28.790)	(13.165)	(28.790)	(13.165)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(28.790)</u>	<u>(13.165)</u>	<u>(28.790)</u>	<u>(13.165)</u>
Resultado abrangente atribuível a:				
Controladores				
Não Controladores				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Faro Energy Projetos Solares Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores							Participação de não controladores	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores
	Capital social		Ajuste de avaliação patrimonial	Transações de capital	Lucro/(Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação de não controladores		
	Subscrito	A integralizar							
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.870	(100)	(1.009)	-	(3.527)	16.234	-	16.234	
Aumento de capital através de transações com acionistas	2.306	-	-	-	-	2.306	-	2.306	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.501)	(10.501)	-	(10.501)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.176	(100)	(1.009)	-	(14.028)	8.039	-	8.039	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(13.165)	(13.165)	-	(13.165)	
Transações entre acionistas	-	-	1.009	-	(1.186)	(177)	-	(177)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.176	(100)	-	-	(28.379)	(5.303)	-	(5.303)	
Incorporação de acervo líquido - HoldCo II e III (Nota 1.2)	25.844	-	-	-	-	25.844	-	25.844	
Aumento e integralização de capital social com mútuos	10.000	100	-	-	-	10.100	-	10.100	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(28.790)	(28.790)	-	(28.790)	
Transações entre acionistas	-	-	-	45.332	(5.973)	39.359	-	39.359	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	59.020	-	-	45.332	(63.142)	41.210	-	41.210	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Faro Energy Projetos Solares Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(28.790)	(13.165)	(28.790)	(13.165)
Ajustes para reconciliar o lucro/(prejuízo) do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	51	-	13.347	11.432
Amortização de arrendamento	-	-	394	281
Custos de transação	(21.973)	-	(21.973)	-
Juros ativos e passivos	23.759	17.007	23.759	17.007
Juros de arrendamento	-	-	727	613
Resultado com equivalência patrimonial	21.492	11.817	-	-
Baixa de imobilizado	-	-	-	356
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro	(5.461)	15.659	(12.536)	16.524
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	-	-	(95)	(1.919)
Impostos a recuperar	(1.550)	1	(2.529)	1.892
Despesas antecipadas	1.342	2.679	1.321	2.691
Adiantamento a fornecedores	(2)	1	521	529
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	636	-	25.943	(125)
Obrigações tributárias e trabalhistas	434	(195)	823	(124)
Redução/aumento em outras contas a pagar	692	(47)	903	15
Caixa gerado pelas/(aplicado nas) gerado pelas operações	(3.909)	18.098	14.351	19.483
Juros pagos	(14.043)	(16.865)	(14.043)	(16.865)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais	(17.952)	1.233	308	2.618
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de investimento	118.524	-	(67.237)	-
Ajustes de investimentos entre acionistas	39.359	-	39.359	-
Aquisições de imobilizado	(5)	-	(24.809)	(1.449)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	157.878	-	(52.687)	(1.449)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital social	-	-	-	-
Partes relacionadas	(144.475)	(126)	51.299	(3.167)
Captação de empréstimos e financiamentos	320.000	-	320.000	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(279.996)	-	(279.996)	-
Pagamento de arrendamento	-	-	(1.154)	(663)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(104.471)	(126)	90.149	(3.830)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	35.455	1.107	37.770	(2.661)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.415	308	9.141	11.802
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.870	1.415	46.911	9.141
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	35.455	1.107	37.770	(2.661)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Faro Energy Projetos Solares Holding S.A. ("Holdco I" ou "Companhia") foi constituída em 03 de julho de 2019 e possui sua sede em São Paulo. A Holdco I junto com suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo"), tem em seu modelo de negócio o desenvolvimento, investimento e implantação de projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa Aneel 482/2012, e nesse modelo, o investimento, operação e manutenção dos ativos fotovoltaicos são feitos integralmente pelas investidas da Holdco I que também fazem o gerenciamento de seus clientes junto ao sistema de compensação de energia elétrica, com a alocação dos créditos de energia gerados pelas respectivas usinas solares junto às concessionárias distribuidoras de energia elétrica locais, oferecendo, assim, economia substancial para seus clientes com os custos de energia.

A Companhia faz parte de grupo econômico que realizou operação de reorganização societária interna, através da qual a Empresa teve o seu controle alterado em 07 de setembro de 2022, passando a ser uma empresa integralmente detida pela Faro Energy Renováveis Participações S.A. (FERP), através da cessão da integralidade das ações detidas pelo Faro Energy Fundo de Investimento Em Participações – Multiestratégia, sócio/acionista majoritário da Companhia, representadas por 23.175.760 (vinte e três milhões e cento e setenta e cinco mil e setecentos e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para a FERP, pelo valor de R\$55.444.354,55 (cinquenta e cinco milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), passando a sociedade a ser acionista da Faro Energy Projetos Solares Holding S.A.

1.1. Operação societária

Com a finalidade de estruturar operação de financiamento de longo prazo para determinados projetos, em 29 de setembro de 2023, a Faro Energy Projetos Solares Holding S.A. ("HoldCo I") aprovou, no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$25.844.736,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e trinta e seis reais), mediante a emissão de 25.844.736 (vinte e cinco milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentas e trinta e seis) novas ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista da Companhia, a Faro Energy Renováveis participações S.A. ("FERP"), mediante contribuição dos ativos e passivos detidos pela FERP na Faro Energy Projetos Solares Holding II Ltda. ("Holdco II") e na Faro Energy Projetos Solares Holding III Ltda. ("Holdco III").

A Companhia não efetuou a avaliação dos valores justos dos ativos e passivos devido ao fato de que a operação se refere a transação entre empresas relacionadas, cujo acionista é o mesmo do Grupo controlador da Companhia, caracterizando como uma transação de capital.

A seguir estão demonstrados os quadros das sociedades de propósito específico ("Investidas" ou "SPE´s") controladas pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Sociedades	% Participação direta	
	2023	2022
Alto do Pajeú Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999	99,9999
Ponta da Pedra Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999	99,9999
Pedra do Sal Locação de Máquinas e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999	99,9999
Faro Cabo Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999	99,9999
Riacho Fundo Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999	99,9999
Monte Alto Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999	99,9999
Faro Ponta do Céu Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999	99,9999
Canabrava Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999	99,9999
Oitílica Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999	99,9999
Faro Rio do Fogo Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999	99,9999
Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,9999	-
Morro Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,9999	-
Faro Ponta do Mato Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,9999	-
Faro Itaqui Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,9999	-
Faro Ponta Alegre Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,9999	-
Faro Santa Cruz Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,9999	-
Faro Praia Grande Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,9999	-
Faro Cabo Frio Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,9999	-
Faro Bom Abrigo Locação e Soluções em Energia Solar Ltda (ii)	99,9999	-
Ilha Das Palmas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda (ii)	99,9999	-
Faro Paranoá Locação e Soluções em Energia Solar Ltda (ii)	99,9999	-
Faro Paquetá Locação E Soluções Em Energia Solar Ltda (ii)	99,9999	-
Faro Nazaré Locação E Soluções Em Energia Solar Ltda (ii)	99,9999	-
Faro Santana Locação E Soluções Em Energia Solar Ltda (ii)	99,9999	-
Arno II locações e Engenharia Ltda. SPE (ii)	100,000	-
Arno IV Locações e Engenharia Ltda. SPE (ii)	100,000	-

- (i) Aquisição de participação através da incorporação da Faro Energy Projetos Solares Holding II Ltda. ("Holdco II"); e
- (ii) Aquisição de participação através da incorporação da Faro Energy Projetos Solares Holding III Ltda. ("Holdco III").

1.2. Situação financeira e planos da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo em R\$296.248 (negativo em R\$3.813 em 31 de dezembro de 2022) e o consolidado apresenta capital circulante líquido negativo em R\$20.658 (negativo em R\$90.543 em 31 de dezembro de 2022). Como parte do plano estratégico, as investidas têm contratos de longo prazo com um cliente de grande porte e iniciou suas operações de forma regular no final de 2020, dessa forma, os resultados financeiros serão equilibrados pelas receitas operacionais de locação, sublocação e de operação e manutenção das usinas fotovoltaicas, e pelas receitas de serviços prestados de gerenciamento dos projetos.

A previsão da receita operacional no curto e médio prazo será suficiente para que o Grupo tenha continuidade e consiga arcar com todas as suas obrigações.

O Grupo mantém empréstimos com seus quotistas, os empréstimos *intercompany* foram firmados como modo primário de financiamento dos empreendimentos/ativos e poderão, se necessário, serem convertidos em investimento direto mediante a emissão de novas ações com conversão dos empréstimos em capital social.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram autorizadas para emissão e divulgação, de acordo com a aprovação da Diretoria da Companhia, em 27 de março de 2024.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pela Companhia. Sendo assim, os respectivos balanços das subsidiárias foram elaborados com políticas e práticas contábeis uniformes.

2.2. Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas

O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia.

Os saldos de ativos, passivos, receitas, despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Transações e participações de minoritários

As transações com participações de não-controladores são apresentadas em grupo distinto no balanço patrimonial, imediatamente após o patrimônio líquido, quando o reflexo de operações originalmente registradas neste grupo e em linha distinta nas demonstrações do resultado do exercício, no caso de operações que afetam o resultado.

2.3. Demonstração dos resultados abrangentes (DRA)

De acordo com o CPC 26 R1 - Apresentação das demonstrações contábeis, a demonstração do resultado abrangente é composta pelos totais do resultado do período e outros resultados abrangentes.

2.4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a qual é a moeda funcional do Grupo. Todas as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa do Grupo compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

3.2. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. As contas a receber são reconhecidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

O Grupo efetuou a mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em informações históricas de pagamentos dos devedores e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

O cálculo do Ajuste a Valor Presente (“AVP”) não resultou em valores relevantes, razão pela qual não foram contabilizados ajustes correspondentes.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.3.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para o Grupo. Todos os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil econômica estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

A depreciação dos itens ligados às usinas de energia é calculada utilizando a taxa de 10% ao ano.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

3.5. Direito de uso e passivos de arrendamento

Durante 2022, o Grupo adotou o CPC 06 (R2) Arrendamentos, que substitui as regras de leasing existentes por uma medição abrangente de leasing e padrão de reconhecimento e requisitos de divulgação expandidos. O CPC 06 (R2) exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos em seus balanços patrimoniais como passivos, com os correspondentes ativos de "direito de uso". Para fins de reconhecimento da demonstração do resultado, os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro ou operacional sem depender de testes de linha brilhante.

O Grupo avaliou se um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo arrenda os terrenos para instalação de seus equipamentos fotovoltaicos e tais aluguéis são negociados individualmente e possuem diversos termos e condições. Como arrendatário, o Grupo, ao determinar o prazo exequível do arrendamento, considera todos os fatos e circunstâncias que criem um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou criem desestímulos econômicos para não exercer a opção de rescisão antecipada.

Ativos de direito de uso

Os arrendamentos são reconhecidos como um direito de uso do bem e um correspondente passivo na data em que o bem arrendado se torna disponível para o Grupo. O direito de usar o ativo é mensurado ao custo que consiste em:

- Valor inicialmente mensurado do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento efetuado até o início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo direto inicial; e
- Custos de restauração.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado linearmente desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário no final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso do arrendamento reflete que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente, que é determinada com base na duração do contrato.

Passivo de arrendamento

O passivo do arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados à taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa incremental de empréstimos do Grupo.

O passivo de arrendamento considera o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de arrendamento:

- Pagamentos fixos descontando quaisquer incentivos recebidos;
- Pagamentos variáveis com base em taxas ou índices;
- Valores esperados a pagar ao arrendador pelo valor residual garantido;
- Preço de exercício de uma opção de compra se for razoavelmente certo que o arrendatário exercerá tal opção; e
- Pagamentos de penalidades por rescisão do arrendamento se os termos contratuais refletirem a opção de exercício do arrendatário.

A taxa incremental considerada pelo Grupo foi de 8% ao ano, tendo sido determinada com base na taxa de retorno preferencial dos acionistas, a partir da reorganização societária, documentada em ata de alteração do contrato de sociedade.

3.6. Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios do Grupo.

3.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, variação monetária e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nesses casos, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, quando aplicável, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a entidade atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. São reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal, dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Obrigação legal é a que deriva de contrato com termos explícitos ou implícitos, legislação ou outra ação da lei.

Provisão contingente é uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade e, portanto, não é contabilizada, mas somente divulgada.

Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle do Grupo e, portanto, não é contabilizado, mas somente divulgado caso o valor seja considerado material. O ativo contingente somente é contabilizado quando for praticamente certo que representará um fluxo financeiro à Companhia.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. O Grupo avalia periodicamente o efeito deste procedimento nas demonstrações contábeis.

3.11. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. O Grupo e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

3.12. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.13. Reconhecimento de receita

O Grupo adotou o CPC 47, Receita de Contratos com Clientes, e todas as alterações relacionadas (“CPC 47”), o Grupo avalia as obrigações prometidas em seus contratos com clientes e identifica uma obrigação de desempenho para cada promessa de transferência de bens ou serviços. Para identificar as obrigações de desempenho, o Grupo considera todas as promessas contratuais, expressas ou implícitas, com base nas práticas comerciais habituais. A receita é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência do controle dos bens ou serviços prometidos aos clientes, o que pode ocorrer ao longo do tempo ou em um determinado momento.

A receita é mensurada por um valor que reflete o retorno ao qual se espera ter direito e é baseada em um modelo detalhado de cinco etapas abaixo: **(i)** identificação do contrato; **(ii)** identificação das obrigações e desempenho; **(iii)** determinação do preço da operação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho, e **(v)** reconhecimento da receita.

3.14. Reconhecimento de custos e despesas

Os custos e as despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, ou seja, quando incorridos. Receitas, custos, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos respectivos impostos.

3.15. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos, obedecendo ao regime de competência.

3.16. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras (substancialmente dólar) na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

3.17. Lucro por ação

Calculado com base na quantidade de ações na data do balanço.

4. Estimativas e premissas financeiras significativas

Na aplicação das práticas financeiras, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores financeiros dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas financeiras são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas financeiras:

4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

4.2. Perdas esperadas sobre contas a receber

As perdas esperadas são constituídas, quando aplicável, para levar contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada.

A Companhia estimou a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em históricos de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

4.3. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

4.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

5. Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente

Novos CPC's, revisões dos CPC's e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações contábeis.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, destacamos as alterações a seguir:

- CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021);
 - Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações contábeis e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade;
 - Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação;
 - Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Reforma Tributária Internacional – Regra do Modelo do Pilar Dois (i); e
 - Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis.
- (i) Na data de divulgação do modelo de demonstração financeira, a regra do modelo do Pilar Dois estava sob avaliação dos reguladores brasileiros, dessa forma, as alterações não foram refletidas no CPC correspondente.

Novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes:

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.
- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants.
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores.
- Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.

O Grupo avaliou as alterações e não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras ⁽ⁱ⁾	36.870	1.415	46.911	9.141
Total	36.870	1.415	46.911	9.141

- (i) O saldo compreende os depósitos em conta corrente e de aplicações financeiras disponíveis para uso imediato, em instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito, e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. As aplicações financeiras têm sua rentabilidade média sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na Nota Explicativa nº 24.3.

7. Clientes a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela locação das usinas fotovoltaicas e estão compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes nacionais	2.719	4.352
Clientes a faturar (i)	1.728	-
Total	4.447	4.352

O saldo de contas a receber de serviços a faturar reflete os serviços já prestados, medidos por meio de controle de ordem de serviços na plataforma de operações, e que serão, em período subsequente, regularmente faturados.

A composição do saldo com base nos vencimentos é demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	4.086	4.352
Vencidas		
1 a 90 dias	286	-
91 a 180 dias	75	-
Total	4.447	4.352

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há saldos referentes à AVP sobre as contas a receber de clientes, pois não possui nenhum saldo a receber acima de seis meses e, adicionalmente, não há provisão para perdas esperadas pelo fato de não haver saldos vencidos.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo negativo de IRPJ	1.498	-	2.146	249
Saldo negativo de CSLL	43	-	89	53
IRRF a recuperar	-	4	-	195
PIS a recuperar (i)	-	-	1.369	1.233
COFINS a recuperar (i)	-	-	6.315	5.686
Impostos pagos a maior	13	-	46	-
Outros	-	-	11	31
Total	1.554	4	9.976	7.447

- (i) PIS e a COFINS a recuperar são oriundos das aquisições de ativos imobilizados relacionados as Usinas de Energia Solar, quando a usina entra em operação, o crédito de PIS e COFINS é diretamente lançado para o imposto a recuperar e o Grupo faz a utilização de acordo com o débito gerado.

9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Comissão e IOF a apropriar ⁽ⁱ⁾	-	1.340	-	1.340
Seguros	-	2	60	-
Software	-	-	-	41
Total	-	1.342	60	1.381

(i) Valores correspondentes aos gastos com comissão e IOF na emissão de cédula de crédito bancário, os quais serão apropriados ao resultado até seu vencimento.

10. Adiantamento a fornecedores

Saldo composto por adiantamentos feitos aos parceiros que fornecem bens e serviços necessários para a construção das usinas geradoras de energia solar.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores	2	-	312	833
Total	2	-	312	833

11. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas nacionais se referem a movimentações financeiras entre as companhias para o pagamento das despesas operacionais, com prazo médio de liquidação em até 24 meses.

11.1. Remuneração de diretores e administradores

Não ocorreu deliberação sobre remuneração a ser concedida a diretoria, uma vez que o Grupo faz parte da Faro Energy Renováveis Participações S.A., na qual possui diversos outros negócios, e possui uma administração compartilhada.

A Administração não possui outros benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos.

11.2. Principais saldos e operações

As principais transações de partes relacionadas referem-se à mútuos entre as empresas do Grupo e suas controladas no qual tem características de transações de conta corrente entre as empresas. Tais contratos e/ou acordos possuem vencimentos em 2 anos em média e são reajustados com base na taxa de 100% da variação acumulada DI, mais juros de 3,7% a.a.

Descrição	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ponta do Céu	21.156	20.739	-	-
Rio do Fogo	2.998	2.889	-	-
Oiticica	3.182	3.065	-	-
Pedra do Sal	3.982	3.835	-	-
Canabrava	7.864	7.715	-	-
Ponta da Pedra	9.211	9.037	-	-
Cabo Branco	9.271	9.327	-	-
Riacho Fundo	12.709	12.469	-	-
Alto do Pajeú	15.824	15.525	-	-
Monte Alto	20.541	20.153	-	-
Faro Energy Desenvolvimento	8.152	-	9.916	48
Bom Abrigo	18.309	-	-	-
Paranoá	17.235	-	-	-
Ilha das Palmas	22.358	-	-	-
Ponta do Mato	15.663	-	-	-
Colares	191	-	6.934	-
Capitania	1	-	2	-
Titan	46	-	46	-
Tamandaré	9	-	9	-
Mangue Seco	3	-	3	-
Arno IV	51	-	-	-
Arno II	75	-	-	-
Santa Cruz	6.636	-	-	-
Morro Branco	10.800	-	-	-
Praia Grande	9.360	-	-	-
Cabo Frio	8.377	-	-	-
Itaqui	16.162	-	-	-
Ilha do Mel	24.744	-	-	-
Ponta Alegre	14.984	-	-	-
Paquetá	19.165	-	-	-
Nazaré	19.995	-	-	-
Santana	12.738	-	-	-
Olinda	-	-	3.517	-
Ubatuba	-	-	9.681	-
Itaúna	-	-	5.427	-
Praia Do Futuro	-	-	4	-
Holdco IV	-	-	4.066	-
Total	331.792	104.754	39.605	48
Circulante	331.792	104.754	39.605	48

Descrição	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Faro Energy Renováveis Participações S.A. ("FERP")	72.829	366	84.686	12.124
Faro Energy Desenvolvimento	-	-	7.765	14
Praia Do Futuro	-	-	443	-
Total	72.829	366	92.894	12.138
Circulante	72.829	-	92.894	14
Não circulante	-	366	-	12.124

11.3. Movimentação dos saldos ativos

	Controladora						
	31/12/2022	Aportes/ (recebimentos)	Juros	Saldo Incorporação	Transações de capital	Cessão de mútuo	31/12/2023
Ponta do Céu	20.739	(3.031)	3.448	-	-	-	21.156
Rio do Fogo	2.889	(375)	484	-	-	-	2.998
Oiticica	3.065	(396)	513	-	-	-	3.182
Pedra do Sal	3.835	(495)	642	-	-	-	3.982
Canabrava	7.715	(1.143)	1.292	-	-	-	7.864
Ponta da Pedra	9.037	(1.339)	1.513	-	-	-	9.211
Cabo Branco	9.327	(1.618)	1.562	-	-	-	9.271
Riacho Fundo	12.469	(1.848)	2.088	-	-	-	12.709
Alto do Pajeú	15.525	(2.300)	2.599	-	-	-	15.824
Monte Alto	20.153	(2.986)	3.374	-	-	-	20.541
Faro Energy							
Desenvolvimento	-	3.032	-	5.120	-	-	8.152
Bom Abrigo	-	166	-	18.143	-	-	18.309
Paranoa	-	44	-	17.191	-	-	17.235
Ilha das Palmas	-	5	-	22.353	-	-	22.358
Ponta do Mato	-	403	-	15.260	-	-	15.663
Colares	-	(10.605)	-	10.796	-	-	191
Capitania	-	(7.768)	-	7.769	-	-	1
Titan	-	(402)	-	448	-	-	46
Tamandaré	-	(35)	-	44	-	-	9
Mangue Seco	-	(1)	-	4	-	-	3
Arno IV	-	-	-	51	-	-	51
Arno II	-	-	-	75	-	-	75
Santa Cruz	-	-	-	6.636	-	-	6.636
Morro Branco	-	595	-	10.205	-	-	10.800
Praia Grande	-	2.420	-	6.940	-	-	9.360
Cabo Frio	-	2.515	-	5.862	-	-	8.377
Itaqui	-	220	-	15.942	-	-	16.162
Ilha do Mel	-	3.850	-	20.894	-	-	24.744
Ponta Alegre	-	2.880	-	12.104	-	-	14.984
Paqueta	-	8.745	-	10.420	-	-	19.165
Nazaré	-	5.885	-	14.110	-	-	19.995
Santana	-	4.307	-	8.431	-	-	12.738
Olinda	-	(8.955)	-	8.955	-	-	-
Ubatuba	-	-	-	-	-	-	-
Itauna	-	-	-	-	-	-	-
Praia Do Futuro	-	(6.407)	-	6.407	-	-	-
Holdco IV (i)	-	-	-	-	45.512	(45.512)	-
Total	104.754	(14.637)	17.515	224.160	45.512	(45.512)	331.792

(i) Trata-se da operação de reorganização societária ocorrida em setembro de 2023, onde a HoldCo I transferiu alguns dos seus investimentos para a HoldCo IV pelo montante de R\$45.512, e ato contínuo, transferiu os saldos a receber para a controladora FERP, abatendo parte da dívida com o controlador final.

	31/12/2022	Aportes/ (recebimentos)	Juros	Saldo Incorporação	Transações de capital	Cessão de mútuo	31/12/2023
Ponta do Céu	20.713	(3.276)	3.302	-	-	-	20.739
Rio do Fogo	2.884	(458)	463	-	-	-	2.889
Oiticica	3.061	(487)	491	-	-	-	3.065
Pedra do Sal	3.830	(610)	615	-	-	-	3.835
Canabrava	7.705	(1.227)	1.237	-	-	-	7.715
Ponta da Pedra	9.025	(1.437)	1.449	-	-	-	9.037
Cabo Branco	9.314	(1.482)	1.495	-	-	-	9.327
Riacho Fundo	12.452	(1.982)	1.999	-	-	-	12.469
Alto do Pajeú	15.505	(2.469)	2.489	-	-	-	15.525
Monte Alto	20.125	(3.204)	3.232	-	-	-	20.153
Total	104.614	(16.632)	16.772	-	-	-	104.754

	Consolidado			
	31/12/2022	Aportes/ (recebimentos)	Juros	31/12/2023
Faro Energy Desenvolvimento	48	9.868	-	9.916
Colares	-	6.934	-	6.934
Capitania	-	2	-	2
Titan	-	46	-	46
Tamandaré	-	9	-	9
Mangue Seco	-	3	-	3
Olinda	-	3.517	-	3.517
Ubatuba	-	9.681	-	9.681
Itauna	-	5.427	-	5.427
Praia Do Futuro	-	4	-	4
Holdco IV	-	4.066	-	4.066
Total	48	39.557	-	39.605

	31/12/2021	Aportes/ (recebimentos)	Juros	31/12/2022
Faro Energy Desenvolvimento	39	-	9	48
Total	39	-	9	48

11.4. Movimentação dos saldos passivos

	Controladora						31/12/2023
	31/12/2022	Aportes/(pagamentos)	Juros	Incorporação	Conversão em capital	Cessão de mútuo	
Faro Energy Renováveis Participações S.A.	366	(27.310)	-	134.584	(10.000)	(24.811)	72.829
Total	366	(27.310)	-	134.584	(10.000)	(24.811)	72.829

	31/12/2021	Aportes/(pagamentos)	Juros	Incorporação	Conversão em capital	Cessão de mútuo	31/12/2022
Faro Energy Renováveis Participações S.A.	-	-	-	-	-	366	366
Faro Energy - FIP	352	-	14	-	-	(366)	-
Total	352	-	14	-	-	-	366

	Consolidado						31/12/2023
	31/12/2022	Aportes/(pagamentos)	Juros	Incorporação	Conversão em capital	Cessão de mútuo	
Faro Energy Renováveis Participações S.A.	12.124	72.562	-	-	-	-	84.686
Faro Energy Desenvolvimento	14	7.751	-	-	-	-	7.765
Praia Do Futuro	-	443	-	-	-	-	443
Total	12.138	80.756	-	-	-	-	92.894

	31/12/2021	Aportes/(pagamentos)	Juros	Incorporação	Conversão em capital	Cessão de mútuo	31/12/2022
Faro Energy Renováveis Participações S.A.	15.296	(4.037)	865	-	-	-	12.124
Faro Energy - FIP	-	14	-	-	-	-	14
Total	-	14	-	-	-	-	12.138

12. Investimentos

Os saldos e as informações dos investimentos mantidos pela controladora estão detalhados a seguir:

12.1. Composição dos investimentos

Ativo não circulante	% de Participação		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Canabrava Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999%	99,9999%	-	432
Alto do Pajeú Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999%	99,9999%	-	768
Faro Cabo Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	99,9999%	-	658
Pedra do Sal Locação de Máquinas e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	99,9999%	-	16
Faro Santa Cruz Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	3.558	-
Morro Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	4.176	-
Faro Praia Grande Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	6.686	-
Faro Cabo Frio Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	6.011	-
Faro Itaqui Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	5.324	-
Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	18.820	-
Faro Ponta do Mato Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	5.966	-
Faro Ponta Alegre Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	8.398	-
Arno II Locações e Engenharia Ltda. SPE	100,00%	-	2.918	-
Arno IV Locações e Engenharia Ltda. SPE	100,00%	-	3.464	-
Total			65.321	1.874

Passivo não circulante	% de Participação		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Monte Alto Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999%	99,9999%	(4.625)	(1.021)
Oiticica Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999%	99,9999%	(777)	(138)
Riacho Fundo Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999%	99,9999%	(2.331)	(492)
Faro Rio do Fogo Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	99,9999%	(793)	(106)
Faro Ponta do Céu Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	99,9999%	(5.465)	(872)
Ponta da Pedra Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	99,9999%	(1.613)	(369)
Canabrava Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999%	99,9999%	(1.333)	-
Alto do Pajeú Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999%	99,9999%	(2.495)	-
Faro Cabo Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	99,9999%	(1.500)	-
Pedra do Sal Locação de Máquinas e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	99,9999%	(761)	-
Faro Bom Abrigo Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	(1.422)	-
Ilha Das Palmas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	(1.776)	-
Faro Paranoá Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	(1.408)	-
Faro Paquetá Locação E Soluções Em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	(38)	-
Faro Nazaré Locação E Soluções Em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	(402)	-
Faro Santana Locação E Soluções Em Energia Solar Ltda.	99,9999%	-	(110)	-
Passivo não circulante			(26.849)	(2.998)
Saldo líquido de investimentos			38.472	(1.124)

12.2. Movimento dos investimentos

Investida	31/12/2022	Aumento/(baixa) de participações	Incorporação de investimento	Equivalência patrimonial	31/12/2023
Canabrava Locação e Soluções em Energia Ltda.	432	-	-	(1.765)	(1.333)
Alto do Pajeú Locação e Soluções em Energia Ltda.	768	-	-	(3.263)	(2.495)
Faro Cabo Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	658	-	-	(2.158)	(1.500)
Pedra do Sal Locação de Máquinas e Soluções em Energia Solar Ltda.	16	-	-	(777)	(761)
Faro Santa Cruz Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	-	-	3.336	222	3.558
Morro Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	-	-	4.195	(19)	4.176
Faro Praia Grande Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	-	-	6.687	(1)	6.686
Faro Cabo Frio Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	-	-	6.033	(22)	6.011
Faro Itaquí Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	-	-	5.366	(42)	5.324
Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	-	-	18.825	(5)	18.820
Faro Ponta do Mato Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	-	-	5.971	(5)	5.966
Faro Ponta Alegre Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	-	-	8.404	(6)	8.398
Arno II Locações e Engenharia Ltda. SPE	-	-	2.829	89	2.918
Arno IV Locações e Engenharia Ltda. SPE	-	-	3.310	154	3.464
Monte Alto Locação e Soluções em Energia Ltda.	(1.021)	-	-	(3.604)	(4.625)
Oiticica Locação e Soluções em Energia Ltda.	(138)	-	-	(639)	(777)
Riacho Fundo Locação e Soluções em Energia Ltda.	(492)	-	-	(1.839)	(2.331)
Faro Rio do Fogo Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	(106)	-	-	(687)	(793)
Faro Ponta do Céu Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	(872)	-	-	(4.593)	(5.465)
Ponta da Pedra Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	(369)	-	-	(1.244)	(1.613)
Faro Bom Abrigo Locação e Soluções em Energia Solar Ltda	-	-	(1.174)	(248)	(1.422)
Ilha Das Palmas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda	-	-	(1.218)	(558)	(1.776)
Faro Paranoá Locação e Soluções em Energia Solar Ltda	-	-	(1.429)	21	(1.408)
Faro Paquetá Locação E Soluções Em Energia Solar Ltda	-	-	(20)	(18)	(38)
Faro Nazaré Locação E Soluções Em Energia Solar Ltda	-	-	(11)	(391)	(402)
Faro Santana Locação E Soluções Em Energia Solar Ltda	-	-	(16)	(94)	(110)
Total de participações societárias	(1.124)	-	61.088	(21.492)	38.472
Provisão para perdas com investimentos	2.998	-	-	-	26.849
Total de investimentos	1.874	-	61.088	(21.492)	65.321

Investida	31/12/2021	Aumento/(baixa) de participações	Incorporação de investimento	Equivalência patrimonial	31/12/2022
Monte Alto Locação e Soluções em Energia Ltda.	1.874	-	-	(2.895)	(1.021)
Canabrava Locação e Soluções em Energia Ltda.	1.166	-	-	(734)	432
Oiticica Locação e Soluções em Energia Ltda.	240	-	-	(378)	(138)
Alto do Pajeú Locação e Soluções em Energia Ltda.	2.144	-	-	(1.376)	768
Riacho Fundo Locação e Soluções em Energia Ltda.	862	-	-	(1.354)	(492)
Faro Rio do Fogo Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	265	-	-	(371)	(106)
Faro Ponta do Céu Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	2.087	(180)	-	(2.779)	(872)
Faro Cabo Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	1.305	-	-	(647)	658
Pedra do Sal Locação de Máquinas e Soluções em Energia Solar Ltda.	419	-	-	(403)	16
Ponta da Pedra Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	511	-	-	(880)	(369)
Total de participações societárias	10.873	(180)	-	(11.817)	(1.124)
Provisão para perdas com investimentos	-	-	-	-	2.998
Total de investimentos	10.873	(180)	-	(11.817)	1.874

12.3. Informações sobre as empresas investidas

Investida	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Monte Alto Locação e Soluções em Energia Ltda.	19.915	22.543	24.539	23.564	(4.624)	(1.021)	(3.604)	(2.895)
Canabrava Locação e Soluções em Energia Ltda.	7.184	8.542	8.517	8.110	(1.333)	432	(1.766)	(734)
Oiticica Locação e Soluções em Energia Ltda.	4.083	3.732	4.860	3.870	(777)	(138)	(638)	(379)
Alto do Pajeú Locação e Soluções em Energia Ltda.	14.466	17.163	16.961	16.395	(2.495)	768	(3.263)	(1.376)
Riacho Fundo Locação e Soluções em Energia Ltda.	12.588	14.048	14.919	14.540	(2.331)	(492)	(1.839)	(1.353)
Faro Rio do Fogo Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	3.448	3.878	4.241	3.984	(793)	(106)	(687)	(370)
Faro Ponta do Céu Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	25.213	30.065	30.678	30.937	(5.465)	(872)	(4.593)	(2.780)
Faro Cabo Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	8.106	10.215	9.606	9.557	(1.500)	658	(2.158)	(647)
Pedra do Sal Locação de Máquinas e Soluções em Energia Solar Ltda.	4.191	10.711	4.952	10.695	(761)	16	(777)	(880)
Ponta da Pedra Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	9.415	4.712	11.028	5.081	(1.613)	(369)	(1.244)	(403)
Faro Santa Cruz Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	11.637	-	8.080	-	3.557	-	222	-
Morro Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	16.182	-	12.006	-	4.176	-	(19)	-
Faro Praia Grande Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	20.251	-	13.565	-	6.686	-	(1)	-
Faro Cabo Frio Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	20.752	-	14.741	-	6.011	-	(22)	-
Faro Itaquí Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	22.848	-	17.524	-	5.324	-	(42)	-
Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	61.337	-	42.517	-	18.820	-	(4)	-
Faro Ponta do Mato Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	24.000	-	18.034	-	5.966	-	(5)	-
Faro Ponta Alegre Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	30.573	-	22.175	-	8.398	-	(6)	-
Arno II Locações e Engenharia Ltda. SPE	3.033	-	115	-	2.918	-	89	-
Arno IV Locações e Engenharia Ltda. SPE	3.643	-	179	-	3.464	-	154	-
Faro Bom Abrigo Locação e Soluções em Energia Solar Ltda	17.930	-	19.352	-	(1.422)	-	(250)	-
Ilha Das Palmas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda	23.351	-	25.127	-	(1.776)	-	(558)	-
Faro Paranoá Locação e Soluções em Energia Solar Ltda	16.156	-	17.564	-	(1.408)	-	20	-
Faro Paquetá Locação E Soluções Em Energia Solar Ltda	25.068	-	25.106	-	(38)	-	(18)	-
Faro Nazaré Locação E Soluções Em Energia Solar Ltda	22.700	-	23.102	-	(402)	-	(391)	-
Faro Santana Locação E Soluções Em Energia Solar Ltda	18.219	-	18.329	-	(110)	-	(92)	-
Total	446.289	125.609	407.817	126.733	38.472	(1.124)	(21.492)	(11.817)

13. Imobilizado

Os valores de custo, depreciação acumulada e as taxas médias anuais de depreciação dos bens do imobilizado estão demonstradas abaixo:

Descrição	Controladora e consolidado				
	Taxa	Custo	(-) Depreciação acumulada	Saldo líquido em 2023	Saldo líquido em 2022
Holdco I	10,00%	2.089	-	2.089	-
Alto do Pajeú	10,00%	16.351	(4.982)	11.369	13.154
Cabo Branco	10,00%	9.842	(3.504)	6.338	7.594
Monte Alto	10,00%	23.160	(7.331)	15.829	17.891
Pedra do Sal	10,00%	4.564	(1.483)	3.081	3.502
Ponta da Pedra	10,00%	5.363	(1.018)	4.345	8.098
Ponta do Céu	10,00%	20.968	(4.299)	16.669	23.045
Projeto Canabrava	10,00%	8.350	(2.700)	5.650	6.611
Oiticica	10,00%	3.580	(918)	2.662	2.870
Rio do Fogo	10,00%	3.907	(1.076)	2.831	3.059
Riacho Fundo	10,00%	13.896	(3.587)	10.309	11.684
Santa Cruz	10,00%	10.075	(1.173)	8.902	-
Praia Grande	10,00%	19.510	-	19.510	-
Ponta do Mato	10,00%	15.598	-	15.598	-
Ilha do Mel	10,00%	54.423	-	54.423	-
Morro Branco	10,00%	15.393	-	15.393	-
Ponta Alegre	10,00%	26.903	-	26.903	-
Faro Itaquí	10,00%	22.104	-	22.104	-
Cabo Frio	10,00%	17.685	-	17.685	-
Bom Abrigo	10,00%	15.872	(524)	15.348	-
Ilha das Palmas	10,00%	19.917	(1.188)	18.729	-
Paranoá	10,00%	15.483	(652)	14.831	-
Nazare	10,00%	11.261	-	11.261	-
Paqueta	10,00%	22.691	-	22.691	-
Santana	10,00%	9.257	-	9.257	-
Arno II	10,00%	3.911	(1.326)	2.585	-
Arno IV	10,00%	4.542	(1.240)	3.302	-
Total		396.695	(37.001)	359.694	97.508

Descrição	Taxa	Custo	(-) Depreciação	Saldo líquido em 2022	Saldo líquido em 2021
Alto do Pajeú	10,00%	16.158	(3.004)	13.154	14.765
Cabo Branco	10,00%	9.853	(2.259)	7.594	8.537
Monte Alto	10,00%	23.115	(5.224)	17.891	20.199
Pedra do Sal	10,00%	4.564	(1.062)	3.502	3.958
Ponta da Pedra	10,00%	9.350	(1.252)	8.098	8.223
Ponta do Céu	10,00%	26.173	(3.128)	23.045	25.188
Projeto Canabrava	10,00%	8.307	(1.696)	6.611	7.442
Oiticica	10,00%	3.443	(573)	2.870	3.214
Rio do Fogo	10,00%	3.741	(682)	3.059	3.417
Riacho Fundo	10,00%	13.390	(1.706)	11.684	13.073
Total		118.094	(20.586)	97.508	108.016

As movimentações consolidadas do ativo imobilizado do Grupo estão detalhadas a seguir:

Descrição	Taxa	Saldo líquido em 2022	Adições	Baixas	(-) Depreciação	Incorporação de investimento	Saldo líquido em 2023
Holdco I	10,00%	-	6	-	-	2.083	2.089
Alto do Pajeú	10,00%	13.154	193	-	(1.978)	-	11.369
Cabo Branco	10,00%	7.594	-	(11)	(1.245)	-	6.338
Monte Alto	10,00%	17.891	45	-	(2.107)	-	15.829
Pedra do Sal	10,00%	3.502	-	-	(421)	-	3.081
Ponta da Pedra	10,00%	8.098	333	(3.391)	(695)	-	4.345
Ponta do Céu	10,00%	23.045	94	(4.178)	(2.292)	-	16.669
Canabrava	10,00%	6.611	43	-	(1.004)	-	5.650
Oiticica	10,00%	2.870	137	-	(345)	-	2.662
Rio do Fogo	10,00%	3.059	165	-	(393)	-	2.831
Riacho Fundo	10,00%	11.684	13	-	(1.388)	-	10.309
Santa Cruz	10,00%	-	19	-	(251)	9.134	8.902
Praia Grande	10,00%	-	338	-	-	19.172	19.510
Ponta do Mato	10,00%	-	220	-	-	15.378	15.598
Ilha do Mel	10,00%	-	-	-	-	54.423	54.423
Morro Branco	10,00%	-	208	-	-	15.185	15.393

Descrição	Taxa	Saldo líquido em 2022	Adições	Baixas	(-) Depreciação	Incorporação de investimento	Saldo líquido em 2023
Ponta Alegre	10,00%	-	359	-	-	26.544	26.903
Itaqui	10,00%	-	283	-	-	21.821	22.104
Cabo Frio	10,00%	-	630	-	-	17.055	17.685
Bom Abrigo	10,00%	-	54	-	(304)	15.598	15.348
Ilha das Palmas	10,00%	-	77	-	(404)	19.056	18.729
Paranoa	10,00%	-	201	-	(259)	14.889	14.831
Nazare	10,00%	-	7.962	-	-	3.299	11.261
Paqueta	10,00%	-	15.546	-	-	7.145	22.691
Santana	10,00%	-	5.407	-	-	3.850	9.257
Arno II	10,00%	-	28	-	(97)	2.654	2.585
Arno IV	10,00%	-	28	-	(113)	3.387	3.302
Total		97.508	32.289	(7.580)	(13.296)	250.673	359.694

Descrição	Taxa	Saldo líquido em 2021	Adições	Baixas	(-) Depreciação	(-) Depreciação	Saldo líquido em 2022
Alto do Pajeú	10,00%	14.765	5	-	(1.616)	(1.616)	13.154
Cabo Branco	10,00%	8.537	40	-	(983)	(983)	7.594
Monte Alto	10,00%	20.199	3	-	(2.311)	(2.311)	17.891
Pedra do Sal	10,00%	3.958	-	-	(456)	(456)	3.502
Ponta da Pedra	10,00%	8.223	770	-	(895)	(895)	8.098
Ponta do Céu	10,00%	25.188	568	(478)	(2.233)	(2.233)	23.045
Projeto Canabrava	10,00%	7.442	-	-	(831)	(831)	6.611
Oiticica	10,00%	3.214	-	-	(344)	(344)	2.870
Rio do Fogo	10,00%	3.417	72	(55)	(375)	(375)	3.059
Riacho Fundo	10,00%	13.073	-	(1)	(1.388)	(1.388)	11.684
Total		108.016	1.458	(534)	(11.432)	(11.432)	97.508

14. Intangível

	Controladora e Consolidado		
	Contrato de Autorização (i)	Software	Total
Custo:			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	1	1
Adições	-	-	-
Incorporação de saldo (Nota 1.1)	4.081	-	4.081
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.081	1	4.082
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(1)	(1)
Adições	-	-	-
Incorporação de saldo (Nota 1.1)	(51)	-	(51)
Baixas	(51)	-	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(102)	(1)	(103)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.979	-	3.979
Vida útil (anos)	20	5	

- (i) Trata-se dos contratos de autorização e exploração possuem vida útil definida de 20 anos, os intangíveis atrelados a eles serão amortizados linearmente a partir de 2023 até o final da vigência do contrato.

15. Direito de uso

15.1. Composição e movimentação do ativo

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso	35.997	7.950
Amortização acumulada	(1.953)	(290)
Total	34.044	7.660

A movimentação do ativo de arrendamento mercantil do Grupo no exercício de 2023 está detalhada a seguir:

Contrato	Taxa	31/12/2022	Adições/(baixas)	Depreciação	31/12/2023
Alto Pajeú I, II	8,00%	805	25	(32)	798
Cabo Branco II e III	8,00%	220	42	(9)	253
Canabrava	8,00%	365	15	(16)	364
Monte Alto I, II, III	8,00%	1.303	115	(74)	1.344
Oiticica	8,00%	314	853	(37)	1.130
Pedra do Sal I	8,00%	264	(14)	(10)	240
Pedra do Sal II	8,00%	240	8	(9)	239
Ponta da Pedra I	8,00%	288	(279)	(9)	-
Ponta da Pedra II	8,00%	281	11	(10)	282
Ponta do Céu I e V	8,00%	787	(517)	(36)	234
Ponta do Céu VI e VII	8,00%	1.111	(396)	(53)	662
Ponta do Céu VIII	8,00%	245	6	(11)	240
Ponta do Céu III	8,00%	526	4	(19)	511
Riacho Fundo I, II, III	8,00%	662	26	(26)	662
Rio do Fogo I	8,00%	249	4	(10)	243
Bom Abrigo II	8,00%	-	642	(6)	636
Cabo Frio VIII	8,00%	-	320	-	320
Cabo Frio XII	8,00%	-	443	-	443
Cabo Frio X	8,00%	-	1.918	-	1.918
Cabo Frio IX	8,00%	-	314	-	314
Ilha das Palmas X, XI, XII e XIII	8,00%	-	2.155	(14)	2.141
Ilha do Mel VII e VIII	8,00%	-	887	-	887
Ilha do Mel III	8,00%	-	1.090	-	1.090
Ilha do Mel X	8,00%	-	1.309	-	1.309
Ilha do Mel IV, V e VI	8,00%	-	1.694	-	1.694
Ilha do Mel IX	8,00%	-	692	-	692
Morro Branco II e III	8,00%	-	445	-	445
Ilha das Palmas XX e XXI	8,00%	-	5	(5)	-
Ilha das Palmas XVII, XVIII e XIX	8,00%	-	1.730	-	1.730
Cabo Frio XX	8,00%	-	784	-	784
Cabo Frio XXIV - Contrato A	8,00%	-	425	-	425
Cabo Frio XII	8,00%	-	223	-	223
Cabo Frio XXI	8,00%	-	482	-	482
Cabo Frio XXIV - Contrato B	8,00%	-	399	-	399
Ponta do Ceu IX	8,00%	-	243	(2)	241
Pedra do Sal II, III e IV	8,00%	-	730	-	730
Ponta Alegre III e IV	8,00%	-	497	-	497
Ponta Alegre I, II	8,00%	-	2.018	-	2.018
Ponta Alegre V - Contrato A	8,00%	-	483	-	483
Ponta Alegre V - Contrato B	8,00%	-	229	-	229
Ponta do Mato III	8,00%	-	833	-	833
Ponta do Mato I	8,00%	-	790	-	790
Praia Grande I e II	8,00%	-	456	-	456
Praia Grande VI e VII	8,00%	-	240	-	240
Cabo Frio III e IV	8,00%	-	891	(6)	885
Praia Grande III, IV e VIII	8,00%	-	3.508	-	3.508
Total		7.660	26.778	(394)	34.044

Contrato	Taxa	31/12/2021	Adições/(baixas)	Depreciação	31/12/2022
Alto Pajeú I, II	8,00%	-	836	(31)	805
Cabo Branco II e III	8,00%	-	228	(8)	220
Canabrava	8,00%	-	380	(15)	365
Monte Alto I, II, III	8,00%	-	1.354	(51)	1.303
Oiticica	8,00%	-	327	(13)	314
Pedra do Sal I	8,00%	-	277	(13)	264
Pedra do Sal II	8,00%	-	250	(10)	240
Ponta da Pedra I	8,00%	-	297	(9)	288
Ponta da Pedra II	8,00%	-	292	(11)	281
Ponta do Céu I e V	8,00%	-	816	(29)	787
Ponta do Céu VI e VII	8,00%	-	1.148	(37)	1.111
Ponta do Céu VIII	8,00%	-	254	(9)	245
Ponta do Céu III	8,00%	-	545	(19)	526
Riacho Fundo I, II, III	8,00%	-	688	(26)	662
Rio do Fogo I	8,00%	-	258	(9)	249
Total		-	7.950	(290)	7.660

15.2. Composição e movimentação do passivo

Contrato	Valor contratual	Data da adoção	Juros a.a	Data final	31/12/2023	31/12/2022
Alto Pajeú I, II	2.015	jan/22	8,00%	abr/49	846	830
Cabo Branco II e III	555	jan/22	8,00%	ago/49	273	227
Canabrava	876	jan/22	8,00%	jul/47	387	378
Monte Alto I, II, III	3.193	jan/22	8,00%	jun/48	1.430	1.343
Oiticica	754	jan/22	8,00%	jul/47	1.194	325
Pedra do Sal I	672	jan/22	8,00%	jun/49	253	276
Pedra do Sal II	44	jan/22	8,00%	set/49	254	249
Ponta da Pedra I	721	jan/22	8,00%	jul/49	-	295
Ponta da Pedra II	715	jan/22	8,00%	nov/49	300	291
Ponta do Céu I e V	2.024	jan/22	8,00%	abr/50	247	815
Ponta do Céu VI e VII	2.830	jan/22	8,00%	abr/50	657	1.137
Ponta do Céu VIII	626	jan/22	8,00%	abr/50	252	251
Ponta do Céu III	1.352	jan/22	8,00%	jun/50	541	542
Riacho Fundo I, II, III	1.634	jan/22	8,00%	set/48	704	684
Rio do Fogo I	632	jan/22	8,00%	nov/49	257	257
Bom Abrigo II	1.788	ago/22	8,00%	jul/48	673	-
Cabo Frio VIII	1.609	ago/22	8,00%	abr/50	315	-
Cabo Frio XII	1.070	ago/22	8,00%	jan/50	460	-
Cabo Frio X	4.269	ago/22	8,00%	out/45	2.035	-
Cabo Frio IX	743	nov/23	8,00%	abr/50	315	-
Ilha das Palmas X, XI, XII e XIII	5.640	jan/22	8,00%	set/50	2.346	-
Ilha do Mel VII e VIII	1.365	fev/22	8,00%	jul/50	954	-
Ilha do Mel III	849	fev/22	8,00%	jul/50	1.211	-
Ilha do Mel X	3.210	ago/22	8,00%	ago/51	1.425	-
Ilha do Mel IV, V e VI	4.940	ago/22	8,00%	jul/50	1.750	-
Ilha do Mel IX	821	fev/22	8,00%	jul/50	756	-
Morro Branco II e III	1.204	jan/22	8,00%	nov/49	482	-
Ilha das Palmas XX e XXI	3.605	jul/23	8,00%	nov/45	-	-
Ilha das Palmas XVII, XVIII e XIX	3.570	jul/23	8,00%	out/45	1.756	-

Contrato	Valor contratual	Data da adoção	Juros a.a	Data final	31/12/2023	31/12/2022
Cabo Frio XX	3.769	jun/23	8,00%	abr/51	780	-
Cabo Frio XXIV - Contrato A	1.082	jun/23	8,00%	mar/52	432	-
Cabo Frio XII	1.070	ago/22	8,00%	jan/50	227	-
Cabo Frio XXI	339	jul/23	8,00%	jul/31	492	-
Cabo Frio XXIV - Contrato B	893	jun/23	8,00%	mar/47	406	-
Ponta do Ceu IX	623	fev/22	8,00%	abr/50	254	-
Pedra do Sal II, III e IV	2.133	jan/22	8,00%	jun/51	789	-
Ponta Alegre III e IV	2.268	jun/22	8,00%	mai/46	534	-
Ponta Alegre I, II	3.593	ago/22	8,00%	jul/51	2.191	-
Ponta Alegre V - Contrato A	1.134	ago/22	8,00%	jul/46	528	-
Ponta Alegre V - Contrato B	596	jul/23	8,00%	jun/53	230	-
Ponta do Mato III	1.098	mai/22	8,00%	nov/50	916	-
Ponta do Mato I	952	jun/22	8,00%	nov/50	868	-
Praia Grande I e II	1.074	ago/22	8,00%	mar/49	475	-
Praia Grande VI e VII	1.018	ago/22	8,00%	ago/49	238	-
Cabo Frio III e IV	3.214	jan/22	8,00%	mar/50	917	-
Praia Grande III, IV e VIII	1.544	jun/23	8,00%	ago/49	3.642	-
Total					35.992	7.900
Circulante					538	95
Não circulante					35.454	7.805

A movimentação e cronograma de vencimento do passivo de arrendamento mercantil do Grupo no exercício de 2023 está detalhada a seguir:

Contrato	31/12/2022	Adições	Pagamentos	Juros apropriados	31/12/2023
Alto Pajeú I, II	830	828	(63)	65	846
Cabo Branco II e III	227	224	(15)	18	273
Canabrava	377	374	(26)	29	387
Monte Alto I, II, III	1.348	1.336	(95)	107	1.430
Oiticica	324	317	(66)	73	1.194
Pedra do Sal I	275	273	(31)	33	253
Pedra do Sal II	248	244	(2)	6	254
Ponta da Pedra I	295	287	(15)	23	-
Ponta da Pedra II	291	281	(13)	23	300
Ponta do Céu I e V	815	812	(61)	64	247
Ponta do Céu VI e VII	1.138	1.133	(78)	83	657
Ponta do Céu VIII	250	247	(17)	20	252
Ponta do Céu III	542	540	(40)	42	541
Riacho Fundo I, II, III	684	683	(52)	53	704
Rio do Fogo I	256	253	(17)	20	257
Bom Abrigo II	-	(2)	(11)	13	673
Cabo Frio VIII	-	2	(2)	-	315
Cabo Frio XII	-	10	(10)	-	460
Cabo Frio X	-	48	(48)	-	2.035
Cabo Frio IX	-	-	-	-	315
Ilha das Palmas X, XI, XII e XIII	-	20	(50)	30	2.346
Ilha do Mel VII e VIII	-	22	(22)	-	954
Ilha do Mel III	-	27	(27)	-	1.211
Ilha do Mel X	-	28	(28)	-	1.425

Contrato	31/12/2022	Adições	Pagamentos	Juros apropriados	31/12/2023
Ilha do Mel IV, V e VI	-	41	(41)	-	1.750
Ilha do Mel IX	-	17	(17)	-	756
Morro Branco II e III	-	10	(10)	-	482
Ilha das Palmas XX e XXI	-	-	-	-	-
Ilha das Palmas XVII, XVIII e XIX	-	-	-	-	1.756
Cabo Frio XX	-	23	(23)	-	780
Cabo Frio XXIV - Contrato A	-	19	(19)	-	432
Cabo Frio XII	-	12	(12)	-	227
Cabo Frio XXI	-	20	(20)	-	492
Cabo Frio XXIV - Contrato B	-	-	-	-	406
Ponta do Ceu IX	-	1	(6)	5	254
Pedra do Sal II, III e IV	-	17	(17)	-	789
Ponta Alegre III e IV	-	59	(59)	-	534
Ponta Alegre I, II	-	-	-	-	2.191
Ponta Alegre V - Contrato A	-	17	(17)	-	528
Ponta Alegre V - Contrato B	-	-	-	-	230
Ponta do Mato III	-	439	(20)	-	916
Ponta do Mato I	-	208	(12)	-	868
Praia Grande I e II	-	754	(11)	-	475
Praia Grande VI e VII	-	253	(5)	-	238
Cabo Frio III e IV	-	2.213	(23)	20	917
Praia Grande III, IV e VIII	-	3.867	(53)	-	3.642
Total	7.900	15.957	(1.154)	727	35.992

Contrato	31/12/2021	Adições	Pagamentos	Juros apropriados	31/12/2022
Holdco I					
Alto Pajeú I, II	-	836	(70)	64	830
Cabo Branco II e III	-	228	(19)	18	227
Canabrava	-	380	(32)	29	377
Monte Alto I, II, III	-	1.356	(114)	106	1.348
Oiticica	-	327	(28)	25	324
Pedra do Sal I	-	277	(23)	21	275
Pedra do Sal II	-	250	(21)	19	248
Ponta da Pedra I	-	297	(25)	23	295
Ponta da Pedra II	-	292	(24)	23	291
Ponta do Céu I e V	-	816	(64)	63	815
Ponta do Céu VI e VII	-	1.146	(96)	88	1.138
Ponta do Céu VIII	-	254	(23)	19	250
Ponta do Céu III	-	545	(45)	42	542
Riacho Fundo I, II, III	-	688	(57)	53	684
Rio do Fogo I	-	258	(22)	20	256
Total	-	7.950	(663)	613	7.900

16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado. Os termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto e prazos de amortização são os seguintes:

Instituição financeira e modalidade	% - Taxa de Juros a.a	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco Santander (Brasil) S.A - Cédula de Crédito Bancário (Nota 16.2)	3.7% a.a	-	111.239	-	111.239
Opea Securitizadora S.A - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota 16.3)	7,5702 a.a + IPCA	298.867	-	298.867	-
Total		298.867	111.239	298.867	111.239
Circulante		-	111.239	-	111.239
Não circulante		298.867	-	298.867	-

16.1. Movimentação dos empréstimos

Instituição financeira	Controladora e Consolidado							
	31/12/2022	Incorporação de saldo	Captações	Pagamento principal	Juros provisionados	Juros pagos	Custos de transação	31/12/2023
Opea Securitizadora S.A.	-	-	320.000	-	840	-	(21.973)	298.867
Banco Santander (Brasil) S.A.	111.239	-	-	(124.435)	17.421	(4.225)	-	-
BTG Pactual S.A. (Nota 16.4)	-	159.881	-	(155.561)	5.498	(9.818)	-	-
Total	111.239	159.881	320.000	(279.996)	23.759	(14.043)	(21.973)	298.867

	Controladora e Consolidado							
	31/12/2021	Incorporação de saldo	Captações	Pagamento principal	Juros provisionados	Juros pagos	Custos de transação	31/12/2022
Banco Santander (Brasil) S.A.	111.097	-	-	-	17.008	(16.866)	-	111.239
Total	111.097	-	-	-	17.008	(16.866)	-	111.239

16.2. Cédula de Crédito Bancário (CCB) - Santander

Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Santander (Brasil) S.A, no valor total de R\$ 105.800 contratada em maio de 2022 com vencimento previsto para junho de 2023 e que foi contraída com finalidade de investimento em novos projetos de usinas fotovoltaicas. Os juros remuneratórios são de 100,00% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI acrescida de spread ou sobretaxa de 3,70% ao ano e a liquidação ocorreu em parcela única em 2023. A Companhia ofereceu como garantias as participações da Faro Energy FIP além de avais e direitos creditórios e não há cláusulas restritivas (covenants).

16.3. Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) - Opea

A Companhia obteve um empréstimo no montante de R\$320.000 através da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

Os recursos serão utilizados para financiar o pagamento de gastos, custos e despesas ainda não incorridos pela Companhia ou pelas SPEs, diretamente atinentes à construção, aquisição e/ou reforma dos Empreendimentos Lastro, compreendendo usinas de geração de energia fotovoltaica, o reembolso de gastos, custos e despesas já incorridos pelo Grupo ou, ainda, ao pagamento de valores devidos em virtude de Contratos de Locação e demais contratos imobiliários.

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários têm prazo de vencimento de 15 anos, com juros remuneratórios de 7,5702% ao ano, acrescidos do IPCA. O montante do empréstimo está garantido pelos recebíveis gerados pelas locações futuras das usinas.

A operação foi estruturada pelo Banco BTG Pactual S.A., que atuou como coordenador líder da transação, e a Opea Securitizadora S.A. atua como emitente dos Certificados de Recebíveis Imobiliários. Os principais riscos associados à operação incluem riscos de mercado imobiliário, como variações nos preços de imóveis, e riscos de crédito, relacionados à capacidade dos compradores de honrar seus compromissos de pagamento. O contrato de emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários estabelece um cronograma de pagamentos semestrais de juros e amortização do principal. Além disso, inclui cláusulas restritivas relacionadas à alienação de ativos e distribuição de dividendos.

16.4. Cédula de Crédito Bancário (CCB) – BTG Pactual

Em 28 de outubro de 2022 a incorporada HoldCo II (Nota 1.1) captou junto a instituição financeira BTG Pactual S.A. montante de R\$60.000 pela taxa de juros de 3,8% a.a e vencimento da operação para abril de 2024, destinados exclusivamente para o desenvolvimento e financiamento da construção e implantação dos empreendimentos, e findo exercício em 31 de dezembro de 2022, o montante atualizado era de R\$61.152.

Em 30 de maio de 2023, a HoldCo II captou o montante adicional de R\$105.000, com as mesmas condições e vencimentos praticados na primeira captação, sendo a dívida atualizada até o período pré-reorganização societária no montante de R\$159.881 que posteriormente foi liquidada antecipadamente com os recursos obtidos na captação do CRI – Opea (Nota Explicativa nº 16.3).

16.5. Cláusulas contratuais de vencimentos antecipados (“covenants”)

O Grupo celebrou Contratos de Empréstimo (Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI) sendo que tais contratos produzem seus efeitos a partir da data de assinatura.

Os contratos apresentam cláusulas de vencimento antecipado e resolutivas, dentre as quais contemplas:

- Descumprimento de obrigações pecuniárias relacionadas às Notas Comerciais não sanado em até dois dias úteis;
- Decretação do vencimento antecipado de dívidas superiores a R\$1.000;

- Utilização dos recursos líquidos da emissão de forma diversa da prevista;
- Contratação não aprovada de empréstimos ou operações financeiras;
- Realização não aprovada de operações de transferência de bens;
- Constituição não aprovada de ônus sobre os bens da Companhia ou das SPEs;
- Vinculação dos Créditos Imobiliários em outras emissões de certificados de recebíveis imobiliários; e
- Realização não aprovada de aditamentos aos contratos de aluguel.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo encontravam-se adimplente com todos os itens que compõem essas restrições e cumpriu integralmente todas as cláusulas de *covenants* contratuais.

17. Contingências

O Grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito à processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não estava envolvido em nenhum processo de qualquer natureza.

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito, totalmente integralizado, era de R\$59.020 dividido em 59.020.497 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um Real) cada. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito era de R\$23.176 dividido 23.175.761 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um Real) cada, sendo que desse montante, 23.075.761 ações no valor de R\$23.076 totalmente integralizadas, e 100.000 ações no valor R\$100 não integralizado.

A composição do capital está demonstrada a seguir:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Participação	Ações	Participação	Ações
Faro Energy Fundo de Investimento em Participações	100%	59.020.497	100%	23.175.761
Capital social a integralizar		-		(100.000)
Total	100%	59.020.497	100%	23.075.761

Em 29 de setembro de 2023, em ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social mediante a incorporação dos ativos cedidos da controladora Faro Energy Renováveis participações S.A. ("FERP") no montante de R\$24.844.

Em 05 de dezembro de 2023, em ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$10.000, totalmente integralizados através da capitalização dos empréstimos contraídos com a controladora FERP.

18.2. Reserva legal

Para as empresas regidas pelos termos das Lei das Sociedades por ações (Lei nº 6.404/76) é constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

O Grupo não apurou lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, dessa forma, não há destinação de reservas a serem constituídos.

18.3. Política de dividendos

O Estatuto Social do Grupo prevê, após a destinação de 5% para a reserva legal, o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 0,01% calculados sobre o lucro líquido do exercício, salvo deliberação em contrário pela Assembleia Geral, conforme dispõe o Art. 202, § 3º da Lei nº 6.404/76.

A Companhia não apurou lucro nos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, dessa forma, não há dividendos mínimos a serem constituídos.

18.4. Transações de capital

São contabilizados nessa rubrica os valores oriundos das mudanças nas participações da controladora sobre uma controlada e que não resultem na perda de controle. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas participações relativas das partes na controlada, sendo que, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tiver sido ajustada e o valor contábil da variação da participação reconhecida, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

18.5. Prejuízo líquido por ação

O lucro líquido (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício e conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a Sociedade apresenta a seguir as informações sobre o lucro líquido por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023:

Exercício findo em 31 de dezembro de:	Quantidade total de ações	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Lucro (prejuízo) líquido por ação (R\$)
2023	56.235.297	(28.790)	(1.953,29)
2022	23.175.761	(13.165)	(1.760,41)

O Grupo não possui potenciais ações dilutivas, portanto, o lucro líquido diluído por ação é igual ao lucro líquido (prejuízo) básico por ação.

19. Receita líquida

A principal fonte de receita do Grupo decorre da operação de locação de usina solar conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta		
Receita de locação de equipamentos	28.174	25.036
Receita de sublocação de equipamentos	14	-
Receitas de O&M	3.668	3.307
Total	31.856	28.343
Deduções à receita bruta:		
(-) PIS	(93)	-
(-) COFINS	(520)	(468)
(-) ISS	(2.397)	(2.154)
Total	(169)	(158)
Receita operacional líquida	28.677	25.563

20. Custos dos serviços e produtos vendidos

Os custos referentes à locação das usinas solares são assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Depreciações	(13.296)	(11.432)
Serviços de O&M	(3.831)	(4.150)
Depreciação de arrendamento	(394)	(281)
Segurança e vigilância	(498)	-
Seguros gerais	(331)	-
Energia elétrica	(12)	-
Internet	(195)	-
Software	(69)	-
Arrendamento de terras	(14)	(2)
Outros	(49)	(602)
Total	(18.689)	(16.467)

21. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas alocadas são assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Compartilhamento de despesas (i)	-	-	(9.543)	-
Serviços tomados de terceiros	(443)	(166)	(1.623)	(660)
Societário	(2)	-	(95)	-
Software	(2)	-	(68)	-
Amortização de contrato de energia	(51)	-	(51)	-
Impressos e serviços gráficos	(11)	-	(11)	-
Viagens e estadias	(4)	-	(2)	(342)
Outros	-	(12)	(2)	(86)
Total	(513)	(178)	(11.395)	(1.088)

(i) Trata-se do compartilhamento de despesas operacionais incorridas pela Faro Energy Desenvolvimento e Locações de Projetos Ltda. ("FED") durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que começaram a ser rateadas entre as empresas operacionais do Grupo.

22. Receitas e (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	798	57	1.827	1.022
(-) PIS sobre receita financeira	(120)	(109)	(127)	(116)
(-) COFINS sobre receita financeira	(737)	(673)	(781)	(714)
Juros <i>intercompany</i>	17.515	16.772	-	53
Demais juros	107	-	190	35
Variação cambial ativa realizada	-	-	-	-
Total	17.563	16.047	1.109	280
Despesas financeiras				
Juros passivos sobre empréstimos	(23.759)	(17.162)	(23.759)	(21.147)
Comissão sobre empréstimo	(571)	-	(3.157)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(727)	-
Despesas bancárias	(17)	(1)	(88)	(14)
Descontos concedidos	-	-	-	-
Juros passivos	-	(52)	(12)	(74)
Total	(24.347)	(17.215)	(27.743)	(21.235)
Resultado financeiro, líquido	(6.784)	(1.168)	(26.634)	(20.955)

23. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(28.790)	(13.165)	(28.737)	(13.165)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	9.789	4.476	9.771	4.476
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(7.307)	(4.018)	-	-
Impostos diferidos não contabilizados sobre prejuízo fiscal	(2.482)	(458)	(9.824)	(4.476)
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	(53)	-
IRPJ e CSLL correntes	-	-	(53)	-
Total	-	-	(53)	-
Alíquota efetiva	0%	0%	0%	0%

Findo exercício em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo possuía prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social que totalizam R\$83.845 e R\$23.060, respectivamente, incluindo a parcela cujos efeitos tributários não foram reconhecidos em virtude do histórico de rentabilidade.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração. A Grupo não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A composição por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Grupo, apresentados nas demonstrações contábeis, estão demonstrados a seguir:

	Classificação	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	46.911	9.141
Despesas antecipadas	Custo amortizado	60	1.381
Partes relacionadas	Custo amortizado	39.605	104.754
Passivos financeiros:			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	298.867	111.239
Fornecedores	Custo amortizado	28.090	2.147
Arrendamentos	Custo amortizado	35.992	7.900
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	85
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	12.124

Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas acima.

Diversas políticas e divulgações contábeis da Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2023 para os instrumentos financeiros da Grupo de "Custo Amortizado", que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, e para a Grupo de "Custo Amortizado" que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

24.2. Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes as operações da Grupo e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

a) Risco de crédito

A Grupo restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

b) Riscos de liquidez

Risco de a Grupo não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria;

c) Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2023
Ativos financeiros:	
Aplicações financeiras	46.911
Total	46.911

24.3. Sensibilidade a taxas de juros

O Grupo realizou a análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
		Variação						
Aplicações financeiras	46.911	do CDI	13,65%	6.403	8.004	9.605	4.802	3.202
2- Passivos financeiros								
		Variação						
Empréstimos e financiamentos	298.867	do CDI	7,57%	40.795	50.994	61.193	30.596	20.398

25. Informação por segmento

Em 31 dezembro de 2023, a Administração do Grupo avaliou os critérios do CPC 22 - Informações por segmento e concluiu que há apenas um segmento operacional.

O Grupo administra os seus principais negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades desenvolvimento, investimento e implantação de projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) 482/2012. O Grupo possui a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados que representam 100% da receita líquida da locação das usinas fotovoltaicas.

26. Cobertura de seguros

O Grupo mantém cobertura de seguros visando cobrir eventuais riscos operacionais, cujas coberturas são compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas junto a instituições seguradoras, por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores de seguros. Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros.

Seguradora	Cobertura	Importância segurada	Vigência
Sompo Seguros	Risco material	162.281	17/02/2024
Sompo Seguros	Lucros Cessantes	18.348	17/02/2024

27. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia não identificou quaisquer eventos ou transações subsequentes à data base de 31 de dezembro de 2023 que requeiram divulgações adicionais nas demonstrações contábeis.

* * *